

Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	9
Lista de Siglas e Abreviaturas	11
Introdução	17
1. Histórico e evolução dos <i>Dispute Boards</i>	33
2. Conceito de <i>Dispute Boards</i>	47
2.1. Nomenclatura dos <i>Dispute Boards</i>	48
2.2. Composição dos <i>Dispute Boards</i> e características comuns aos membros	50
2.3. Regras e Procedimentos dos <i>Dispute Boards</i>	60
2.4. Prevenção de Disputas e Assistência Informal para Autocomposição	65
2.5. Modalidades de <i>Dispute Boards</i> quanto ao poder de tutela	69
2.5.1. <i>Dispute Review/Recommendation Boards</i> ("DRB")	70
2.5.2. <i>Dispute Adjudication Boards</i> ("DAB")	73
2.5.3. <i>Combined Dispute Boards</i> ("CDB")	75
2.6. Modalidades de <i>Dispute Boards</i> quanto à duração	76
2.7. Proposta de Conceituação dos <i>Dispute Boards</i>	80
3. Direito comparado e <i>Lex Constructionis</i>	83
3.1. Os <i>Dispute Boards</i> no Peru	87
3.1.1. Regulação	89

3.1.2.	Predileção pelos DABs.....	91
3.1.3.	Matérias julgáveis.....	93
3.1.4.	Formas de organização e seleção de membros.....	95
3.1.5.	Características comuns aos membros.....	96
3.1.6.	Eficácia das recomendações e decisões.....	98
3.1.7.	Escalonamento.....	106
3.1.8.	Assistência Informal.....	108
3.1.9.	Natureza Jurídica.....	110
3.2.	Os <i>Dispute Boards</i> nos Estados Unidos da América.....	113
3.2.1.	Regulação.....	113
3.2.2.	Predileção pelos DRBs.....	116
3.2.3.	Escalonamento.....	123
3.2.4.	Matérias Julgáveis.....	125
3.2.5.	Características comuns aos membros.....	127
3.2.6.	Formas de organização e seleção de membros.....	130
3.2.7.	Eficácia das decisões e recomendações.....	135
3.2.8.	Assistência informal.....	140
3.2.9.	Natureza jurídica estatutária.....	144
4.	Brasil – Natureza jurídica dos <i>Dispute Boards</i>	147
4.1.	<i>Dispute Boards</i> não são arbitragem.....	149
4.1.1.	Escalonamento.....	151
4.1.2.	Jurisdição.....	154
4.1.3.	Outros elementos distintivos.....	157
4.2.	<i>Dispute Boards</i> não são mediação.....	158
4.2.1.	Assistência informal vs. mediação.....	160
4.2.2.	Matérias mediáveis vs. matérias julgáveis.....	163
4.2.3.	Outros elementos distintivos.....	165
4.3.	<i>Dispute Boards</i> não são arbitramento.....	165
4.4.	<i>Dispute Boards</i> não são <i>statutory adjudication</i>	174
4.5.	<i>Dispute Boards</i> não são mandato.....	177

5.	Brasil – A eficácia das decisões e recomendações dos <i>Dispute Boards</i>	183
5.1.	<i>Pay Now, Argue Later</i>	184
5.2.	<i>Rough Justice</i> ou <i>Smooth Justice</i>	190
5.3.	Definitividade das recomendações e decisões	198
6.	Brasil – <i>Dispute Boards</i> e Administração Pública.....	219
7.	Conclusão e aproveitamento do direito comparado.....	251
	Referências	263